

COM APOIO DA AGÊNCIA SUÍÇA DE COOPERAÇÃO

CDD, IESE e Fundação MASC lançam programa de coesão social no norte de Moçambique para responder aos desafios do extremismo violento

- Em resposta aos desafios impostos pelo extremismo violento que afecta a província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017, o Centro para Democracia e o Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (Fundação MASC) e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), lançaram na terça-feira, 05 de Outubro, um programa de acção cívica denominado “Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique”.



O programa conta com o apoio da Agência Suíça de Cooperação (SDC) e tem como foco reforçar a capacidade de resposta das instituições de decisão formais e informais às iniciativas lideradas por jovens e mulheres, melhorando o acesso aos serviços públicos e a protecção dos direitos

humanos; transformar jovens e mulheres em agentes de mudança, contribuindo para o desenvolvimento económico local inclusivo e para a construção de um sentimento de confiança, de pertença e de reconciliação.

Falando no evento, Leila Sheikh, Chefe de Cooperação na Embaixada da Suí-

ça, explicou que o programa “Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique” surge na sequência de estudos realizados pelo CDD, IESE e Fundação MASC para compreender as raízes do conflito em Cabo Delgado. E as raízes do conflito estão ligadas ao forte sentimento de exclusão social, económica



Leila Sheikh, Chefe de Cooperação na Embaixada da Suíça



e política, às desigualdades na distribuição da renda nacional, pobreza extrema, má governação e injustiça social. “Os resultados e as conclusões de três estudos ajudaram-nos a construir o programa de Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique”.

A Chefe de Cooperação na Embaixada da Suíça explicou que o programa de coesão social no norte de Moçambique visa promover o envolvimento cívico de jovens e mulheres nos espaços públicos sociais, políticos e económicos, tornando-os

mais inclusivos, e consolidar processos de governação inclusiva e responsável. “Este objectivo está alinhado com o Programa Quinquenal do Governo de Moçambique (2020 – 2014), que tem o seu enfoque nas matérias atinentes à manutenção da paz, democracia e unidade nacional, o crescimento inclusivo e sustentável, a estabilidade social e económica. Estes elementos são determinantes para a construção de uma sociedade fundada no diálogo multi e interinstitucional com forte sentido de pertença, justiça social e de qualidade”,

defendeu Leila Sheikh.

E por estar alinhado com o Programa Quinquenal do Governo de Moçambique (2020 – 2014), o sucesso do programa irá depender da maior interacção, coordenação, conjugação de sinergias entre as organizações implementadoras com as comunidades locais e as instituições formais do Estado. “Esperamos que em 2023, ao avaliarmos este projecto, alcancemos resultados positivos com o impacto directo na vida das comunidades locais nas províncias do Norte”.

A Chefe de Cooperação na Embaixada da Suíça disse que o lançamento do programa de coesão social no norte de Moçambique constitui um marco nas relações históricas entre os povos suíço e moçambicano. “Ao longo dos anos, as nossas relações sempre foram baseadas na confiança e na neutralidade. Foi por essa razão

que em 2016, os Governos da Suíça e de Moçambique, juntamente com a Renamo, procuramos o caminho para a paz e estabilidade política. Consequentemente, em 2019 foram assinados os acordos da paz definitiva em Maputo”.

Actualmente, a Embaixada da Suíça concentra o seu apoio nas áreas de des-

centralização através da gestão de finanças públicas, provisão de bens e serviços públicos na área de saúde, água e saneamento, apoio à sociedade civil e desenvolvimento económico. “A consolidação do Acordo de Paz Definitiva dependerá de reformas da descentralização”, explicou Leila Sheikh.

Governo reconhece importância da coesão social no combate ao extremismo violento

“A assistência humanitária é, sem dúvida, uma grande responsabilidade do Governo, mas também não há dúvidas de que só a coesão social, que tem perfeito enquadramento na estratégia multiforme do Governo para o combate ao terrorismo, pode debelar este flagelo que nos apoquento na província de Cabo Delgado”

O lançamento do programa “Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique” foi testemunhado pelo Governo de Moçambique, através do Ministério da Administração Estatal e Função Pública. Falando em representação da Ministra Ana Comoane, a Directora dos Assuntos Jurídicos no Ministério da Administração Estatal e Função Pública, Zauria Amisse Abdula, destacou a importância do engajamento de várias entidades públicas, privadas e da sociedade civil na assistência às pessoas deslocadas e na estabilização da vida social das comunidades de Cabo Delgado.

“A assistência humanitária é, sem dúvida, uma grande responsabilidade do Governo, mas também não há dúvidas de que só a coesão social, que tem perfeito enquadramento na estratégia multiforme do Governo para o combate ao terrorismo, pode debelar este flagelo que nos apoquento na província de Cabo Delgado. É expectativa do Governo ver o engajamento de todas as forças vivas da sociedade, nomeadamente as agências humanitárias e organizações internas, parceiros de coo-



Zauria Abdula, Ministério da Administração Estatal e Função Pública

peração, o sector empresarial público e privado e organizações comunitárias locais”, explicou Zauria Amisse Abdula.

A Directora dos Assuntos Jurídicos no Ministério da Administração Estatal e Função Pública lembrou que Cabo Delgado regista cerca de 800 mil pessoas que precisam de assistência humanitária, provenientes dos distritos de Palma, Macomia, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Quissanga e Nangade. “O Governo traçou estratégias para a gestão dos deslocados por forma a cobrir e acompanhar todos os ciclos de gestão do deslocado interno, como sendo a recepção, recuperação, até à cessação da sua condição de deslocado e a promoção do desenvolvimento local. É para estas situações em concreto que lançamos um apelo à sociedade para uma

colaboração massiva com vista a garantir a estabilidade dos afectados, quanto mais rápido possível”, defendeu Zauria Abdula.

Além de representantes da Embaixada da Suíça, do Governo e das três organizações implementadoras (CDD, IESE e Fundação MASC), a cerimónia de lançamento do programa “Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique” contou com a presença de jovens oriundos de todo o País e várias personalidades da sociedade civil e académicos, com destaque o Professor Catedrático Severino Ngoenha, Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM); e o Professor Catedrático Brazão Mazula, antigo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e primeiro Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

“Hoje os moçambicanos estão todos de acordo de que vivemos numa sociedade injusta”, Professor Catedrático Severino Ngoenha

“Precisamos de retrazer Moçambique com valores comuns. Devemos trazer novamente o conceito de tolerância. Deixamos de ser tolerantes uns com os outros. Nós precisamos de uma coesão material. Somos um País pobre, mas temos alguma riqueza.”

“Uma sociedade, para ser comunidade, para ser coesa, precisa de ter valores comuns comumente partilhados. Se isso não acontece, ela entra em fragmentação, entra em conflito. Pensando um pouco na história de Moçambique dos últimos 60 anos, eu poderia dizer que nós tivemos três níveis de consenso. Na década de 60 tivemos o consenso que uniu rapazes e raparigas de proveniência diferente em termos de raça, cultura, crença e religião em volta de uma necessidade comum, terminar com o colonialismo. Por detrás desta vontade, nasceu a Frelimo, que lutou durante 10 anos e nos trouxe a Independência em 1975. É claro que por detrás deste consenso havia descensos quanto ao tipo de pactos que tínhamos que ter com os que nos ajudaram, quanto à ideologia que tinha de nortear o País, o tipo de República, o tipo de convivência comum que devia ser própria de Moçambique pós-independência. Isto criou problemas e dissabores que se manifestaram, entre outras coisas, na criação de movimentos e que levou ao início daquilo que foi o primeiro grande descenso em Moçambique depois da nossa Independência. Depois deste grande descenso voltamos a um consenso. O



Professor Catedrático Severino Ngoenha

consenso da década de 90 de que, diante da guerra, era necessário criarmos regras de viver comum, determinamos um muno jurídico que era expressão de valores de como deveríamos viver entre nós. Queríamos ter um País liberal, no sentido político da palavra, liberdade de expressão para o cidadão, liberdade de criação de movimentos políticos, liberdade económica, etc. Mas aqui também tropeçamos. Hoje os moçambicanos estão todos de acordo de que vivemos numa sociedade injusta.

Quer dizer que a questão da justiça volta a estar no centro da fragmentação social. Nós não temos valores comuns. O primeiro trabalho que devemos fazer é retrazer à tona valores comuns que nos identifiquem como moçambicanos. Precisamos de retrazer Moçambique com valores comuns. Devemos trazer novamente o conceito de tolerância. Deixamos de ser tolerantes uns com os outros. Nós precisamos de uma coesão material. Somos um País pobre, mas temos alguma riqueza.”

“Não há coesão social se não houver dignidade humana”, Professor Catedrático Brazão Mazula

“Moçambique tem valores e defeitos e todos nós os conhecemos. Mas o grande valor é nós analisarmos o presente e perspectivarmos um futuro melhor. Para um futuro melhor, precisamos de uma coesão social. Para haver coesão social é necessário que a sociedade se conheça a si mesma. Trabalhar em conjunto, partilhar. Temos de construir uma cultura de sermos um País unido. Quando falo da coesão, falo da sociedade e do Estado, falo do Governo, do poder legislativo e poder judiciário”



Professor Catedrático Brazão Mazula

“Moçambique tem valores e defeitos e todos nós os conhecemos. Mas o grande valor é nós analisarmos o presente e perspectivarmos um futuro melhor. Para um futuro melhor, precisamos de uma coesão social. Para haver coesão social é necessário que a sociedade se conheça a si mes-

ma. Trabalhar em conjunto, partilhar. Temos de construir uma cultura de sermos um País unido. Quando falo da coesão, falo da sociedade e do Estado, falo do Governo, do poder legislativo e poder judiciário. Às vezes tenho impressão de que a sociedade não sabe o que é Estado e o Estado não sabe o que é sociedade. Um está distante do outro. É necessária uma complementaridade entre o Governo, poder legislativo e o poder judiciário, e a coesão de cada um desses poderes com a sociedade. Quando falo de coesão, estou a falar sobretudo do respeito à dignidade humana. Não há coesão social se não houver dignidade humana. Como é possível haver alguém que


decreta uma data para o outro ser humano? Dignidade humana é cooperação entre nós os moçambicanos. Coesão e cooperação entre economia, empresas e sociedade. Em relação ao que está a acontecer em Cabo Delgado, que é triste, mostra as fragilidades do País todo em termos de coesão. Em Gaza há pobreza, em Maputo idem... Agora é uma boa oportunidade para reflectirmos a partir do que se passa no Norte e não cometermos os mesmos erros de Cabo Delgado no resto do País. Este evento é uma oportunidade única para analisarmos com coragem, sem rótulos, como moçambicanos. Apelo para que esta iniciativa não morra daqui a três ou quatro anos”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

